

O FORMIDÁVEL ÍMPETO DO INTERIOR PAULISTA

José Eli da Veiga

[O aumento do consumo comercial de energia entre 1990/97 na RMSP só foi maior que nas três regiões menos desenvolvidas do Estado.]

Valor, terça 17/06/03

Precisa se informar melhor quem supõe que o dinamismo econômico paulista continue a se concentrar cada vez mais no principal macropólo da América do Sul, formado pela região metropolitana de sua capital, a RMSP. Foi tão significativa a inversão dessa tendência durante os anos 1990, que já pode ser identificado um processo de crescimento centrífugo, puxado por uma dezena de mesopólos e meia dúzia de micropólos. Também pegaram carona nesse frenesi extra-metropolitano mais de trinta pequenas cidades e mais de uma centena de municípios rurais.

Um dos mais óbvios indicadores indiretos dessa mudança é demográfico. Entre 1991 e 2000, datas dos últimos censos, a população cresceu mais que na RMSP em oito das dez aglomerações urbanas do interior e nas regiões metropolitanas de Campinas e de Santos. O mesmo ocorreu em nove dos onze centros urbanos, em 33 das 69 pequenas cidades, e em 138 dos 450 municípios rurais. Como as tendências demográficas de regiões em desenvolvimento costumam refletir com razoável significância o surgimento das oportunidades de ocupação geradoras de renda (e talvez também de acesso a uma razoável educação), bastaria este indicador para descrever o fenômeno. Fica ainda mais evidente, contudo, através de variáveis que espelham de forma direta a movimentação econômica.

As duas aglomerações urbanas onde mais cresceu a população foram as de Sorocaba e São José do Rio Preto. Nestas duas, os aumentos foram superiores a 28%. Quase o dobro dos 15,6% verificados na RMSP. Saltos superiores a 20% ocorreram não somente nas outras duas regiões metropolitanas (Campinas e Santos), como também em quatro aglomerações (São José dos Campos, Limeira, Jundiaí e Mogi Guaçu), em cinco centros urbanos (Bragança, Franca, Itapetininga, Marília e Bauru), em 27 pequenas cidades, e em 97 municípios rurais. Olhando pelo prisma oposto, nota-se que, no período 1991-2000, o crescimento populacional da RMSP só superou o de uma aglomeração (Guaratinguetá), de dois centros urbanos (Presidente Prudente e Barretos), de 34 pequenas cidades e de 312 municípios rurais.

Graças ao persistente e minucioso trabalho realizado pelo economista Yoshio

Kawamura, essa cristalina tendência centrífuga também pode ser verificada pela evolução do consumo comercial de energia elétrica do período 1990-1997. Neste aspecto, a taxa anual de crescimento da RMSP – 6,76% - só foi maior que as das três regiões menos desenvolvidas do Estado: Registro, Araçatuba e Presidente Prudente. Pode até ter sido próxima às de Marília (6,81%) e Bauru (7,07%), mas foi de longe superada nas outras seis regiões. As campeãs foram as duas principais aglomerações - de São José dos Campos (11,5%) e de Sorocaba (9,19%) -, seguidas de Campinas (8,64%), São José do Rio Preto (8,18%), Santos (7,92%) e Ribeirão Preto (7,26%).

É preciso realçar, entretanto, que os dois indicadores já citados só retratam um movimento de caráter extensivo. Mostram que nos anos 1990 as atividades econômicas se espalharam pelo interior em vez de agravarem a centralização em seu macropólo. Mas nada dizem sobre a intensidade desse fenômeno. Poderia ter ocorrido simultaneamente uma maior intensificação das atividades pré-existentes na RMSP, o que talvez contrabalançasse o impulso interiorano. Mas não é o que mostram outros dados disponíveis.

Uma das melhores maneiras de captar a evolução da intensidade das atividades econômicas é acompanhar o consumo de energia elétrica por ligação. E o agregado mais significativo é o do subconjunto formado pelo comércio, serviços e agricultura (em vez do residencial, ou do industrial). Ou seja, um dos indicadores de melhor revelam a intensificação das atividades econômicas dos territórios (regiões, aglomerações ou municípios) é o consumo anual de energia elétrica por ligação desse subconjunto.

Entre 1992 e 2000, esse consumo passou na RMSP de 10,7 para 16,5 MWh (+55%), superando as outras duas regiões metropolitanas. Na de Santos o aumento foi levemente superior (+56%), mas o consumo continuou inferior, passando de 9,9 para 15,4 MWh. E na de Campinas ele só subiu de 10,5 para 14,3 MWh (+37%). Todavia, os saltos de consumo anual por ligação foram superiores ao da RMSP em quatro aglomerações urbanas do interior - Guaratinguetá, Sorocaba, Mogi Guaçu, e São José dos Campos -, em um dos onze centros urbanos – Barretos -, em 7 das 69 pequenas cidades, e em 131 dos 450 municípios rurais.

Seria muito maçante mencionar todas as outras variáveis que confirmam o movimento de interiorização do crescimento econômico. Muito melhor é ir diretamente para o ótimo indicador sintético de riqueza construído pela Fundação Seade. Nele, o já referido consumo anual de energia elétrica por ligação no subconjunto formado pelo comércio, serviços e agricultura é combinado (com peso de 23%) a outras três variáveis: o consumo de energia elétrica residencial (peso 44%); a remuneração média

dos trabalhadores com vínculo empregatício formal (peso 19%); e o valor adicionado per capita (peso 14%).

Pois bem, entre 1992 e 2000, o crescimento da riqueza da RMSP foi de 15,5%, superando o da metropolitana de Campinas (12%), mas perdendo de longe para o da metropolitana de Santos (25,1%). Houve crescimentos superiores ao da RMSP em quatro das dez aglomerações urbanas do interior: Guaratinguetá, São José do Rio Preto, Limeira e São José dos Campos. Entre os onze centros urbanos, também foram quatro os que cresceram mais que a RMSP: Barretos, Bragança, Itapetininga e Catanduva. Das 69 pequenas cidades, 27 realizaram tal proeza. E, *last but not least*, dos 387 municípios rurais que já existiam em 1992, quase três quartos (278) tiveram taxas de crescimento da riqueza que superaram a taxa da RMSP.

Em síntese, a forte interiorização do crescimento econômico extensivo também foi acompanhada de significativa descentralização do crescimento intensivo. Não podem causar surpresa, portanto, os resultados do recente estudo divulgado pelo Instituto Target sobre as diferenças espaciais do consumo brasileiro. O Estado de São Paulo abriga 14 das 54 cidades responsáveis por metade do consumo brasileiro. E é o Estado responsável por um terço do Índice de Potencial de Consumo calculado por esse Instituto para 2003. Tão formidável ímpeto do interior paulista precisa ser apoiado com redobrada determinação neste início do século 21.

José Eli da Veiga, professor titular da FEA-USP, Diretor Executivo da Fundação Seade, e autor de *Cidades Imaginárias* (Ed. Autores Associados, 2002), escreve quinzenalmente às terças-feiras.
Home page: www.econ.fea.usp.br/zeeli/